



DESENVOLVIMENTO  
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA  
ELETRÔNICO  
DE REVISTAS  
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

## Reflexões sobre o manejo florestal em assentamentos rurais do semiárido sergipano

### *Reflections About the Forest Management in the Rural Settlements of Semiarid Region*

Lucas Oliveira do AMORIM<sup>1\*</sup>, Anabel Aparecida de MELLO<sup>2</sup>, Fernando Fleury CURADO<sup>3</sup>, Débora Moreira de OLIVEIRA<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

<sup>2</sup> Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

<sup>3</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE, Brasil.

<sup>4</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

\* E-mail de contato: lucasflorestal@gmail.com

Artigo recebido em 12 de novembro de 2014, versão final aceita em 9 de abril de 2016.

**RESUMO:** Este trabalho teve como objetivo analisar as reflexões de agricultores em dois Assentamentos Rurais do semiárido sergipano, acerca do manejo florestal. Foram coletados dados primários e secundários nos Projetos de Assentamento Santa Rita e José Gomes da Silva, sendo o primeiro localizado no município de Canindé do São Francisco e o segundo, no município de Lagarto. Os dados obtidos demonstram que o uso dos recursos florestais madeireiros é uma atividade presente nos assentamentos estudados. No PA Santa Rita os agricultores priorizam o uso combustível da madeira a partir da fabricação do carvão, realizando o corte raso da árvore. Já no PA José Gomes da Silva os agricultores utilizam estacas, advindas principalmente da poda dos ramos, para construção de cercas e uso como lenha. Observou-se, também, a deficiência na atuação dos órgãos ambientais e de assistência técnica, no sentido de viabilizar o Manejo Florestal Sustentável em Assentamentos Rurais sergipanos.

*Palavras-chave:* conhecimento tradicional; recursos florestais; desenvolvimento rural.

**ABSTRACT:** This study aimed to analyze the peasant's reflections about the forest management in the rural settlements of Sergipe semiarid region. Primary and secondary data were collected from projects of the agrarian reform settlements of Santa Rita and José Gomes da Silva, the first one located in the municipality of Canindé do São Francisco and the second one in Lagarto. The data obtained show that the use of timber forest resources is practiced on the agrarian reform settlements studied. In Santa Rita settlement the small farmers prioritize the use of wood fuel from the coal manufactured after clearcutting the trees. In José Gomes da Silva agrarian settlement the small farmers mainly use stakes from pruning the branches for wood fuel and build fences. It was

---

also observed deficiency in the performance of environmental agencies and technical assistance, on enabling sustainable forest management in Sergipe's rural settlements.

*Keywords:* traditional knowledge; forest resources; rural development.

## 1. Introdução

Os Assentamentos Rurais são unidades de produção agrícola criadas com o objetivo de reordenar o uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (Bergamasco, 2001). Nesse sentido, essa política visa à mitigação dos conflitos sociais no campo, mostrando-se, no entanto, um tanto ineficiente.

Nas áreas destinadas aos Assentamentos Rurais é possível encontrar fragmentos florestais (Miranda & Carmo, 2009) e, com a consolidação destes espaços, as florestas passam a ser cercadas por famílias de agricultores que, segundo Wanderley (1999), buscam sua reprodução socioeconômica em situações precárias, característica recorrente da agricultura familiar brasileira.

Nos últimos anos, é visível o aumento no número de Projetos de Assentamentos Rurais na região do semiárido brasileiro. De acordo com Paupitz (2010), a partir de uma análise dos resultados do Censo Agropecuário 2006, é possível observar que no Nordeste houve um aumento considerável na distribuição de terras, atingindo o número aproximado de 130 mil unidades de estabelecimentos agropecuários, ou seja, um incremento de 5,5% em 10 anos.

Segundo Anjos (2007), a ausência do Estado, por intermédio dos órgãos específicos, faz com que existam problemas ambientais na grande maioria dos assentamentos rurais localizados no semiárido, principalmente relacionados à supressão da Reserva Legal (RL) para retirada de madeira para lenha ou dormentes, ou uso de pastagem para o gado.

Segundo a autora, muitas vezes os agricultores assentados desconhecem as possibilidades de fazer uso do que denominam somente de “reserva”, lugar onde há uma rede de relações controladas pelos imperativos legais que determinam e relativizam as próprias conexões com esta parte da propriedade, fazendo com que os assentados tenham receio de tratar do assunto.

Na região semiárida do nordeste do Brasil está situado o Bioma Caatinga, que apresenta uma imensa biodiversidade – com vegetações geralmente caducifólias, xerófilas e espinhosas, variando de acordo com o solo e a disponibilidade de água – e onde encontram-se diferenças significativas nas esferas social, econômica e ambiental, (Paupitz, 2010).

É importante ressaltar que nos estados do nordeste brasileiro, em especial nas regiões do semiárido, apresenta-se uma forte dependência social e econômica dos recursos florestais (Campeño *et al.*, 1999). Segundo Maia (2004), a Caatinga fornece inúmeros produtos e subprodutos para as comunidades rurais, desde a madeira até os mais diferenciados usos, como forragem, frutas, raízes, etc. No entanto, os usos dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros, variam de acordo com a época do ano, sendo que, no período de seca, é comum o uso de troncos e ramos para produção de utensílios, cercas, medicamentos, além do uso combustível. Já no período chuvoso, o uso dos recursos torna-se maior, incluindo produtos alimentícios (Albuquerque & Andrade, 2002).

Algumas pesquisas (Ferraz, 2004; Albuquerque *et al.*, 2009; Lucena *et al.*, 2012), afirmam que

---

a maior parte dos recursos florestais explorados na Caatinga pelas comunidades rurais são destinados para uso combustível (lenha e carvão) e produção de dormentes, utilizados na construção de cercas.

Ramos *et al.* (2008) explicam que a lenha e o carvão são combustíveis vitais para a agricultura familiar, por sustentar os processos de cozimento nos domicílios rurais e, no período da estiagem, alguns agricultores costumam vender tal produto florestal para ser consumido por padarias e olarias nas cidades. Já as cercas são construções importantes nas pequenas propriedades, principalmente em assentamentos, pois são essenciais na delimitação de áreas para agricultura e criação de animais (currais e apriscos), divisão dos lotes, etc.

Mediante esta realidade, vários projetos de manejo florestal sustentável vêm sendo desenvolvidos em áreas de Assentamentos Rurais, destacando-se os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, podendo observar que nestas localidades houve o aumento da renda dos assentados, melhora de suporte forrageiro e oferta de trabalho no próprio imóvel (Melo *et al.*, 2007; Silva *et al.*, 2008).

Para Silva *et al.* (2008), o manejo florestal surge como uma possibilidade econômica, pois, entre os diversos benefícios, podem-se considerar a geração de emprego e renda durante o período de estiagem por meio do aproveitamento legalizado e racional dos recursos florestais existentes e a promoção da conservação do ecossistema através da regeneração e recuperação da vegetação.

O manejo sustentável de recursos florestais madeireiros na Reserva Legal, por assentados da reforma agrária, está previsto no Código Florestal brasileiro, desde que seja para consumo no próprio

imóvel e sem propósito comercial (Brasil, 2012). Nestas condições, a legislação florestal apenas exige que seja realizada uma prévia declaração ao órgão ambiental citando a motivação da exploração e o volume de madeira a ser explorado, que por sua vez deve ser limitado a 20 (vinte) metros cúbicos por ano. Os cortes com fins comerciais podem ser executados a partir de um Plano de Manejo Florestal Sustentável<sup>1</sup> autorizado pelo órgão ambiental.

Partindo do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo analisar as reflexões de agricultores de dois Assentamentos Rurais do semiárido sergipano acerca do manejo realizado nos remanescentes florestais.

## **2. Materiais e métodos**

### **2.1. Caracterização das áreas de estudo**

Esta pesquisa foi desenvolvida nos Projetos de Assentamento Santa Rita e José Gomes da Silva, cujas informações de uso e ocupação do solo estão apresentadas na Tabela 1.

Em ambos os assentamentos, houve um processo de luta pela terra mediado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (CFAC, 2009; Pinheiro *et al.*, 2012). A compreensão deste processo é de suma importância em estudos sobre assentamentos rurais, uma vez que diversos fatores atuantes durante este momento são cruciais na consolidação dos futuros projetos. Tanto no PA Santa Rita quanto no PA José Gomes ocorreram ocupações sem conflitos entre os acampados e os proprietários. No entanto, o período de acampamen-

<sup>1</sup> Art. 31. A exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, ressalvados os casos previstos nos arts. 21, 23 e 24, dependerá de licenciamento pelo órgão competente do Sisnama, mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS – que contemple técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme (Brasil, 2012).

TABELA 1 – Informações sobre uso e ocupação do solo nos Assentamentos estudados

Informações	Assentamento Santa Rita	Assentamento José Gomes da Silva
Município	Canindé de São Francisco	Lagarto
Número de famílias	40	40
Área total (ha)	1143,20	548,74
Área do lote (ha)	20,30	10,00
Área da Reserva Legal* (ha)	301,80	83,28
Reserva Legal em relação à área total (%)	26	15
Área de Preservação Permanente	7,50	36,70

\* O Art. 16 do Código Florestal permite o agrupamento da Reserva Legal no caso de parcelamentos de imóveis rurais, como ocorre em Projeto de Assentamento.

to foi maior no primeiro, durando cerca de três anos, enquanto no segundo as famílias permaneceram acampadas apenas um mês.

A conquista da terra é apenas a primeira etapa a ser vencida pelos agricultores sem terra. Após a criação do assentamento, as dificuldades continuam, já que estes espaços não são prioridades de investimento do Estado. Nos assentamentos deste estudo, foram identificadas algumas das dificuldades vivenciadas pelos agricultores, como: acesso à água, falta de assistência técnica, dificuldade de acesso a linhas de crédito, etc. Além destas dificuldades, há os problemas decorrentes das condições ambientais da região semiárida, como longo período de estiagem, solos inadequados para cultivos e outros (Curado *et al.*, 2013).

Nos dois assentamentos, a assistência técnica era oriunda de organizações que desenvolviam esta atividade com recursos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA), por meio de convênios. Em geral, as instituições que prestam esse tipo de assistência aos assentados são ligadas aos movimentos sociais. Um ponto considerado como negativo é a falta de continuidade nos trabalhos das localidades, já que os convênios podem ser interrompidos pelo IN-

CRA, ou mesmo encerrados, provocando rupturas no processo de assistência técnica. Pelos relatos dos agricultores do Assentamento Santa Rita, o mesmo passou longos períodos sem assistência técnica e, quando ocorria, era um tanto irregular.

Outro aspecto observado foi o acesso aos créditos. Em relação às formas convencionais de produção, nos assentamentos estudados, os agricultores se endividaram com o governo por não terem conseguido quitar os financiamentos do Pronaf B, liberados pelo Banco do Nordeste (BNB), e dos Créditos Fomento, Habitação e Apoio Inicial, liberados pelo INCRA. Assim, a aquisição de novos empréstimos para investimentos nos lotes ficou comprometida.

Uma das causas da inadimplência dos assentados foi a aplicação equivocada de parte dos recursos, que deveriam ser investidos na produção agrícola, em atividades não necessariamente ligadas à agropecuária. Outra causa foi a utilização de tecnologias inapropriadas nos cultivos e criações, que decorrem da falta de assistência técnica (Curado *et al.*, 2013).

No tocante à infraestrutura básica, os dois assentamentos possuem casas de alvenaria e com energia elétrica. No PA José Gomes, as famílias

---

dispõem de água encanada nas casas; já no PA Santa Rita o abastecimento é feito por meio das cisternas, que no período de estiagem são abastecidas pela prefeitura (CFAC, 2009; Pinheiro *et al.*, 2012).

Quanto à renda, observa-se que poucos assentados dos dois PA's a obtêm da produção agropecuária. Muitas famílias sobrevivem de auxílios, como o Bolsa Família, ou de aposentadoria. É comum muitas pessoas fazerem “bicos” para complementar a renda, o que acaba distanciando-as da produção no lote (CFAC, 2009; Pinheiro *et al.*, 2012).

## 2.2. Coleta dos dados

As informações obtidas para esta pesquisa procedem da coleta de dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos a partir da consulta de documentos: Diagnósticos Rurais elaborados pelo INCRA, empresas de assistência técnica e Embrapa Tabuleiros Costeiros (no prelo); Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA's); artigos científicos e outros trabalhos encontrados na literatura científica.

A coleta de dados primários deu-se com a pesquisa de campo, que faz parte de um processo de investigação que permite a inserção do pesquisador na sociedade, reconstruindo o sujeito e, por consequência, sua prática social. Além disso, permite o aprendizado de uma realidade, na medida em que oportuniza a vivência *in loco* do que se deseja estudar. O trabalho de campo também possibilita um maior domínio da instrumentalização e a possibilidade de construção do conhecimento (Borges, 2012).

A pesquisa de campo foi realizada de forma qualitativa, tendo por objetivo assegurar a obtenção de resultados que explicitem os conhecimentos e análises do grupo estudado e levando-se em consi-

deração que o foco desta pesquisa é a percepção dos agricultores. De acordo com Richardson (1985):

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (p. 39).

As informações obtidas em campo foram recolhidas em dois momentos. No primeiro, foram realizadas duas oficinas, uma em cada PA, sendo elaborada uma discussão em torno de quatro perguntas geradoras: (i) Quando vocês pensam em uma mata, o que esta faz lembrar?; (ii) Como esta área poderia ser utilizada?; (iii) Quais destes usos vocês observam aqui no assentamento?; (iv) É possível fazer uso e preservar? Como? Optou-se utilizar a palavra “mata” por ser um termo mais abrangente, evitando que os agricultores associassem as perguntas à Reserva Legal. Nas oficinas estiveram presentes 16 pessoas (11 homens e 5 mulheres) no PA José Gomes e 7 pessoas (5 mulheres e 2 homens) no PA Santa Rita.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, com quinze perguntas, pois esta ferramenta participativa abre espaço para um diálogo aberto entre o pesquisador e o agricultor, incentivando a livre expressão do entrevistado (Verdejo, 2010). A seleção dos atores sociais a serem entrevistados se deu por meio de amostragem não probabilística intencional, que seleciona um subgrupo da população estudada a partir de informações disponíveis e do julgamento do pesquisador, quando é necessário incluir um pequeno número de unidades na amostra (Marconi & Lakatos, 2008; Marotti *et al.*, 2008).

Assim, em cada assentamento foram entrevistadas quatro pessoas (duas mulheres e dois homens) que se disponibilizaram a receber o pesquisador e detalhar melhor as informações obtidas durante a oficina. As entrevistas foram gravadas e transcritas, uma vez que a reprodução fiel da fala do entrevistado em pesquisas sociais é um elemento importante na interpretação das informações, compreendendo que nelas estão contidas toda as riquezas de conhecimento dos agricultores.

Visando preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados o número de ordem da entrevista e o gênero para identificar os entrevistados.

### 3. Resultados e discussão

#### 3.1. Uso dos recursos da “mata”

Nas duas comunidades estudadas, a utilização dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros, é algo bastante presente no cotidiano dos assentados. No entanto, segundo Coelho (1996), o atual modelo de exploração dos remanescentes florestais em assentamentos rurais pode trazer grandes prejuízos ambientais. Tal inadequação ocorre por dois motivos principais: deficiência na atuação dos órgãos ambientais e necessidades econômicas das comunidades.

Durante as discussões nas oficinas, os agricultores foram indagados a respeito das diversas formas de utilização das florestas. Os assentados citaram inúmeros usos: caça, fonte de água, usos medicinais, apicultura, pastejo de animais, retirada de madeira e fonte de abastecimento de água. Pôde-se observar o vasto conhecimento dos agricultores no tocante aos benefícios das florestas, porém, destes usos citados, pouquíssimos são realizados, tanto no PA Santa Rita quanto no PA José Gomes,

segundo os próprios assentados. Eles citaram como principais usos a retirada de madeira e o pastejo de animais. No PA Santa Rita, houve um grande receio de tocar no assunto, uma vez que neste assentamento os agricultores já tiveram problemas com os órgãos ambientais.

Lima *et al.* (2011) afirmam que a madeira é o principal produto obtido das florestas por comunidades que vivem no seu entorno, o que foi confirmado nas falas dos assentados:

*Porque a gente usa fogão a lenha, a gente precisa de uma madeira pra cerca... (Agricultora 1, PA José Gomes)  
Eu podo elas (as árvores), e aquele pau que presta eu coloco lá (no lote) e queimo pra fazer carvão. (Agricultora 1, PA Santa Rita)  
Porque a mata, numa precisão já tem onde tirar um pé de estaca, uma lenha... (Agricultora 2, PA José Gomes)*

Além do uso comercial em larga escala, a madeira é usada para suprir as diversas necessidades destas comunidades, como: fonte de combustível, construção civil, delimitação de terrenos por meio de cercas, confecção de ferramentas, etc. (Ramos *et al.*, 2008). Além do uso madeireiro, a Caatinga tem um grande potencial forrageiro, possuindo diversas plantas que suprem as necessidades alimentares dos animais que são criados pelos agricultores familiares (Embrapa, 2007).

Foi possível observar que nas comunidades estudadas há uma grande demanda por madeira, que é utilizada como combustível (lenha e carvão) ou na construção de cercas, corroborando os resultados de outros trabalhos realizados em outras comunidades rurais (Albuquerque & Andrade, 2002; Lima *et al.*, 2011; Lucena *et al.*, 2012).

Na Tabela 2, é possível observar as informações em relação aos principais usos dos produtos florestais madeireiros nos dois Assentamentos.



TABELA 2 – Principais usos dos produtos florestais madeireiros nos Projetos de Assentamentos (PA).

Finalidades	PA Santa Rita	PA José Gomes
Principal destinação	Combustível	Dormentes
Uso da madeira	Lenha e carvão	Cercas e lenha
Tipo de corte	Corte raso	Preferencialmente poda de ramos

Quanto ao uso combustível, houve uma diferença entre os dois PA's. No Santa Rita, os agricultores preferiam fazer o carvão, enquanto no José Gomes os agricultores optavam por utilizar a própria lenha. Porém, o combustível florestal não era a única fonte calorífica usada nestes assentamentos, sendo usado concomitante ao gás de cozinha, dado também encontrado nos estudos de Albuquerque & Andrade (2002), Ferraz (2004) e Ramos *et al.* (2008).

Brouwer e Falcão (2004) ressaltam que, em diversas comunidades rurais do planeta, a utilização de fitocombustíveis é feita associada a outras fontes não florestais, pois este fato está intrinsecamente ligado aos fatores econômicos das famílias, uma vez que as fontes florestais, como lenha e carvão, são de fácil aquisição e sem custos monetários.

Por meio dos diálogos estabelecidos nas oficinas, das entrevistas e da visualização das atividades ligadas ao uso de madeira como fonte de energia, é possível inferir que a maior demanda por recursos florestais madeireiros ocorreu no Assentamento Santa Rita:

*Faço carvão, porque ninguém guenta viver de bujão.*  
(Agricultora 1, PA Santa Rita)

*Eu não uso lenha não, eu faço o carvão lá no lote e trago pra cá.* (Agricultor 1, PA Santa Rita)

Segundo relatos dos próprios assentados, no PA Santa Rita a fabricação de carvão ocorreu de forma intensa durante o último período de estiação. Tal retirada de madeira para produção de

carvão ocorreu na Reserva Legal, ocasionando uma grande destruição da mesma, como explicaram os agricultores:

*Agora tem gente aí que tiraram carrada, foi caminhão de estaca... ninguém viu a cor do dinheiro, a pior bagaceira. Saía cada caminhão, que eles queimaram e fizeram carvão.* (Agricultora 1, PA Santa Rita)

*O pessoal daqui de dentro usa sim, tiram madeira pra fazer carvão, cortaram bastante, lá perto da sede tiraram tudo pra fazer carvão.* (Agricultor 2, PA Santa Rita)

Alguns assentados tinham consciência de que a renda obtida com a Reserva Legal devia ser distribuída para todos no assentamento e que qualquer uso da mesma deveria ser em benefício geral, o que não ocorreu neste caso, pois algumas pessoas obtinham benefícios individuais em detrimento do interesse coletivo. Neste ponto, houve depoimentos discordantes, com alguns assentados considerando que a retirada ocorreu apenas por “maldade”. Outros evidenciaram que aqueles que o fizeram realmente tinham necessidade, já que na estiagem as fontes de rendas eram escassas.

Outro destino dado à madeira foi a construção e reforma de cercas, as quais eram bastante utilizadas nas comunidades rurais estudadas, seja para demarcar os lotes como também para dividi-los conforme a utilização. Este uso foi considerado o mais importante pelos agricultores do PA José Gomes, diferentemente do PA Santa Rita, onde a principal utilização da madeira era com finalidade combustível.

A utilização de estacas nativas da Caatinga para construção de cercas também foi observada no trabalho de Nascimento (2007). Figuerôa *et al.* (2005) alertam que a construção de cercas no interior do Nordeste é tão intensa que chega a contribuir com a retirada de mais de 15 milhões de unidades de estacas advindas da Caatinga. Estes dados são

---

ainda maiores quando somados a outros tipos de uso, como lenha e carvão.

Os agricultores também foram questionados a respeito do tipo de corte que eles realizavam para obter a madeira. As respostas mostraram que o tipo de corte variava de acordo com o destino final da madeira. No PA Santa Rita observou-se, principalmente, dois tipos de corte, o corte raso<sup>2</sup> e a poda dos ramos<sup>3</sup>; já no PA José Gomes foi observada a preferência pela poda de ramos e, em algumas situações, o corte raso. Esta diferença pode ser justificada pelo fato de, no Assentamento Santa Rita, a madeira ser bastante utilizada para fabricação de carvão, usando assim toda a árvore para esta finalidade; já os galhos eram cortados quando destinados para construção de cercas e usados como lenha.

Nas falas abaixo, observa-se que os agricultores demonstraram um certo conhecimento acerca da dinâmica de crescimento das árvores:

*Quando corta um pau nasce 10 no lugar. (Agricultor 1, PA Santa Rita)*

*A gente corta as rama pra fazer estaca e no lugar nasce tudo de novo, corta uma nasce o dobro. (Agricultor 2, PA José Gomes)*

Tais práticas de manejo não apresentavam nenhum conhecimento científico, valendo-se apenas do conhecimento empírico dos agricultores. Brandenburg (1999) explica, em seus estudos, que o conhecimento do agricultor é derivado da sua prática, de observações que, muitas vezes, são aplicadas intuitivamente, sem que sejam codificadas pelo conhecimento científico e sem que sejam submetidas a um julgamento à luz da racionalidade econômica.

### 3.2. *Procedência dos recursos florestais madeireiros*

Para saber a procedência da madeira utilizada nos assentamentos, os agricultores foram indagados a respeito do local de retirada da mesma. Sabia-se que haveria uma grande dificuldade em se obter relatos de retirada de madeira da Reserva Legal dos remanescentes florestais e isso foi comprovado pelo receio de alguns assentados em responder as perguntas, o que ficou mais evidente no PA Santa Rita, onde o uso dos recursos madeireiros da Reserva Legal era intenso e frequente. Já no PA José Gomes, os assentados explicaram que nenhum morador do Assentamento faz uso direto ou indireto da Reserva Legal, porém, pessoas de fora da comunidade entravam para retirar madeira e os próprios assentados denunciaram tal crime aos órgãos ambientais.

O Código Florestal Brasileiro prevê a utilização da Reserva Legal por assentados de Projetos de Assentamento, desde que para o consumo próprio e com retirada limitada (Brasil, 2012), e os cortes com fins comerciais podem ser executados a partir de um Plano de Manejo Florestal Sustentável autorizado pelo órgão ambiental. No entanto, observa-se uma ineficiência dos órgãos ambientais, de extensão e de pesquisas do estado, no tocante a potencializar e regularizar o manejo dos recursos florestais em tais comunidades que têm a sua subsistência intrinsecamente ligada ao uso do meio ambiente. Gomes & Maroti (2006) explicam que o Estado de Sergipe não possui uma política florestal que possa permitir a retirada adequada de madeira para os múltiplos usos.

<sup>2</sup> No sistema de corte raso, a árvore inteira é retirada.

<sup>3</sup> No sistema de poda de ramos, apenas alguns galhos são cortados da árvore.



Segundo os agricultores do PA Santa Rita, os órgãos ambientais que já foram no assentamento explicaram sobre a proibição do uso da Reserva Legal, mesma explicação dada aos agricultores do José Gomes, como pode ser observado nas falas abaixo:

*A ADEMA já veio aqui e falou que não pode usar a reserva... (Agricultora 2, PA José Gomes)*

*É errado fazer uso da reserva. Foi o IBAMA, ADEMA e INCRA que falaram. Eles explicaram que a reserva é uma parte que tem que ser preservada no assentamento. (Agricultor 1, PA José Gomes)*

*Já veio muitas vezes (os órgãos ambientais), quer ela preservada mesmo, quer que ninguém mexa, ela é do governo, é do IBAMA. Falaram que não é pra mexer em nada na reserva. (Agricultor 2, PA José Gomes)*

*O INCRA falou que não pode bulir lá na reserva, e o IBAMA também... (Agricultora 1, PA Santa Rita)*

Isso levou alguns agricultores a concluir que a Reserva Legal é um espaço inadequado para uso e, em alguns casos, que esta área é do Estado.

*É errado, porque ela não é nem da gente, é do governo. (Agricultor 2, PA José Gomes)*

*Eu sou a favor de deixar lá quieto, porque a reserva florestal como passa aí nas televisão, tem que ser preservada, porque ali tem as árvores, os pássaros, tem os bichos... (Agricultor 2, PA José Gomes)*

Mais uma vez fica claro o descaso do IBAMA e da ADEMA com estas comunidades. Em relação a tais restrições de uso da Reserva Legal, Sant'Anna *et al.* (2012) afirmam que estas só são legítimas quando representam razoáveis medidas de condicionamento do uso da propriedade, em prol do bem-estar social, e não prejudicam a utilização dos

recursos naturais. Deve-se considerar, ainda, que a Reserva Legal foi criada na reformulação do Código Florestal em 1965 e que o objetivo da mesma foi garantir a reserva de uma área da propriedade com cobertura florestal para ser utilizada em casos de necessidade e tendo em vista os dispositivos legais.

Os agricultores de ambos os assentamentos relataram que nenhuma alternativa foi dada às comunidades caso necessitassem de madeira, sendo permitida apenas a retirada de “madeira morta”, contradizendo Jodelet (2001), que afirma que a mudança de comportamento depende das alternativas e perspectivas que se apresentam para o indivíduo.

Outro local de retirada de madeira são as capoeiras<sup>4</sup>, que são uma área presente nos lotes individuais dos dois PA's. Nesta área, os agricultores retiravam grande parte da madeira que era utilizada pelos mesmos para consumo doméstico:

*Porque a capoeira, numa precisão, já tem onde tirar um pé de estaca, uma lenha. (Agricultora 2, PA José Gomes)*

*Essa capoeira eu uso, eu tiro uma vara, um poste. (Agricultor 2, PA José Gomes)*

*O cabra podendo deixar é bom, pra mode tirar uma estaca... (Agricultor 1, PA Santa Rita)*

Ressalta-se que, segundo os agricultores do Assentamento Santa Rita, em nenhum momento os próprios foram orientados a utilizarem esta área diante de necessidades e o fazem apenas pelo conhecimento empírico adquirido (Brandenburg, 1999). Já no José Gomes, os assentados relataram que, logo após a criação do PA, os agricultores foram orientados pela Assistência Técnica a não utilizarem toda a área para plantio ou pecuária, reservando uma área de “mata” onde os mesmos pu-

<sup>4</sup> Alguns assentados não utilizam toda a área do lote individual. Capoeira é uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos. O termo, oriundo do tupi, designa o mato que nasceu no lugar de vegetação cortada. Significa, literalmente, “mato do passado”, de *ka'a* (“mato”) e *uera* (“do passado”) (Ferreira, 1986).

---

dessem retirar madeira quando necessitassem. Nos dois Assentamentos, os entrevistados reconheceram a importância de se ter uma parte do lote reservada com a capoeira e que esta prática não atrapalha a utilização do mesmo.

### 3.3. Entendimento acerca do significado da expressão “manejo florestal”

Compreendendo que estes agricultores, ao utilizarem os recursos florestais dos assentamentos, estão realizando práticas de Manejo Florestal, os mesmos foram perguntados sobre o significado do “Manejo Florestal” ou o que eles achavam que significava. Houve uma certa dificuldade em responder tal indagação, pois os assentados não sabiam o que significava; no entanto, eles não o imaginavam como uma prática de utilização dos recursos florestais, mas sim como um espaço destinado à preservação florestal, normalmente a Reserva Legal do assentamento, o que fica explícito nas falas abaixo:

*O Inera veio aqui uns 5 anos atrás e falou algumas coisas sobre isso. Falaram que toda área de assentamento tem que ter uma reserva e ela tem que ser preservada. (Agricultor 1, PA José Gomes)*

*Na minha opinião eu vou dizer, o manejo florestal é donde tem as medicina, as área de reserva que ninguém pode buli... (Agricultora 1, PA Santa Rita)*

*É uma área de reserva que não pode tirar nada, nem mexer um pau, nem uma estaca, nada. (Agricultor 2, PA José Gomes)*

Tal imaginário pode ser entendido como uma alusão do termo “Florestal” que, para os agricultores, remonta a um local que deve ser preservado, devido a todo aparato ideológico conservacionista

propagado pelos órgãos ambientais – ADEMA, INCRA e IBAMA – nestas comunidades, resultado observado também em Lucena & Freire (2011).

Diante do exposto, os agricultores não conheciam as leis que tratam sobre a utilização dos recursos florestais e as poucas informações que eles obtiveram foram de reuniões onde os órgãos citados anteriormente estavam presentes. Para Sant’Anna *et al.* (2012), o desconhecimento da legislação ambiental é recorrente em comunidades rurais e, desta forma, quando se está tratando da questão da manutenção econômica da família e do lote, tal aparato judiciário se torna irrisório.

No entanto, mesmo diante do desconhecimento das leis e da falta de ações de educação ambiental efetivas, os assentados demonstraram ter uma consciência da importância de se proteger os recursos naturais pelos diversos benefícios que podem ser obtidos da natureza, sendo citados por eles durante a oficina: a preservação dos mananciais de água, o refúgio para animais, a proteção de árvores ameaçadas e a beleza cênica. A preocupação de manter a natureza protegida também foi observada por Lucena & Freire (2011) em um trabalho de percepção de uma comunidade em torno de uma RPPN<sup>5</sup> no semiárido do Rio Grande do Norte.

Segundo Gómez-Pompa & Kauss (2000), mesmo que a conservação talvez não esteja presente no vocabulário dos agricultores familiares, esta é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com os elementos da natureza.

Analisando a falta de informação acerca das leis que regem o uso dos recursos naturais nos assentamentos, constatou-se que a deficiência na assistência técnica é um fator considerável. A

---

<sup>5</sup> RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural – é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985/00 (Brasil, 2000).

metodologia de abordagem dos órgãos ambientais levou os agricultores a construir uma visão conservacionista da natureza, de modo que, na opinião dos assentados, não é possível desenvolver atividades extrativistas na Reserva Legal de forma sustentável, pois, segundo os mesmos, esta área deve ser mantida cercada e ter o acesso proibido.

#### 4. Conclusões

A partir das informações obtidas com este trabalho pôde-se concluir que:

– O uso dos recursos florestais é uma atividade bastante presente nos assentamentos estudados, sendo a madeira o principal produto obtido, segundo o relato dos assentados.

– Houve uma diferença nos usos e na forma de manejo entre os dois PA's: no PA Santa Rita os agricultores priorizam o uso combustível da madeira a partir da fabricação do carvão, e para esta destinação é realizado o corte raso da árvore. Já no PA José Gomes da Silva os agricultores utilizam estacas advindas principalmente da poda dos ramos, para construção de cercas e uso como lenha.

– Foi observada a existência de um conhecimento empírico dos agricultores assentados que

desenvolvem o manejo dos recursos florestais e que favorece o uso sustentável de tais recursos.

– Na literatura, existem muitos trabalhos de etnobotânica das espécies mais utilizadas no manejo da Caatinga e informações relativas ao seu manejo. No entanto, é interessante aprofundar os estudos sobre as técnicas de manejo utilizadas, visando potencializá-las e valorizá-las.

– Ficou evidente, principalmente no PA Santa Rita, a relação entre problemas sociais e o desmatamento da Reserva Legal. Isto reflete a necessidade de se desenvolver projetos de pesquisa e extensão voltados para demandas econômicas e sociais das áreas de assentamentos, no sentido de tornar o Manejo Florestal uma atividade que atenda a demanda por madeira nas comunidades rurais e também como uma atividade que gere renda para os agricultores assentados, principalmente nos períodos de estiagem.

– Há reflexões e ações insuficientes para dirimir os problemas relacionados ao manejo florestal de recursos madeireiros por parte da assistência técnica e dos órgãos ambientais. No entanto, mesmo com esta deficiência, os agricultores preocupam-se com os passivos ambientais gerados a partir do uso inadequado das matas.

#### Referências

Albuquerque, U. P.; Andrade, L. H. C. Uso de recursos vegetais da Caatinga: o caso do agreste do Estado de Pernambuco. *Interciência*, 27(7), 336-346, 2002. Disponível em: <<http://www.etnobotanicaaplicada.com.br/pt/gerenciador/uploadfiles/23b7feb96d134ee60549d26c4ebb5679.pdf>>.

Albuquerque, U. P.; Araújo, T. A. S.; Ramos, M. A.; Nascimento, V. T. How ethnobotany can aid biodiversity conservation: reflections on investigations in the semi-arid region of NE Brazil. *Biodiversity and Conservation*, 18, 127-150, 2009. DOI: 10.1007/s10531-008-9463-8

Anjos, R. N. *A construção social dos agricultores familiares do semiárido sergipano e a Reserva Legal*. 132 f. São Cristovão, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Bergamasco, S. M. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Borges, B. L. *Reflexões e contribuições para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de Reforma Agrária: o caso do Pré-Assentamento "Pequeno Willian" no*

- Distrito Federal. 52 f. Brasília, Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Florestal) - Universidade de Brasília. 2012.
- Brandenburg, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- Brasil. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília, DF, Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 18 de julho de 2000.
- Brasil. *Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012*. Brasília, DF, Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 28 de maio de 2012.
- Brouwer, R.; Falcão, M. P. Wood fuel consumption in Maputo, Mozambique. *Biomass and Bioenergy*, 27, 233-245, 2004. doi: 10.1016/j.biombioe.2004.01.005
- Campello, F.B.; Gariglio, M.A.; Silva, J. A. da; Leal, A. M. de A. *Diagnóstico florestal da região Nordeste*. Brasília: FAO/IBAMA, 1999.
- CFAC - Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro. *Diagnóstico rápido participativo emancipador do assentamento José Gomes da Silva*. Lagarto-SE: CFAC, 2009.
- Coelho, O. N. L. *Proposta conceitual e prática para elaboração do programa de ação preliminar (PP) referente às áreas recentemente desapropriadas e em processo de desapropriação pelo INCRA-RN*. Natal: INCRA, 1996.
- Cunha, A. S. *Oportunidades para a coordenação de políticas agrícolas e ambientais no Brasil*. Santiago do Chile: Cepal, División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos, 2005. (Série Medio Ambiente y Desarrollo). Disponível em: <<http://www.eclac.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/108.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.
- Curado, F. F.; Amorim, L. O.; Santos, A. S. Experimentação participativa em assentamentos rurais de Sergipe: uma proposta metodológica para ação agroecológica na Reforma Agrária. In: *Anais do 7º Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. João Pessoa, 2013. João Pessoa: UFPB, 2013. CD-ROM.
- Embrapa. *Preservação e uso da Caatinga*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.
- Ferraz, J. S. F. *Uso e diversidade da vegetação lenhosa às margens do Riacho do Navio, município de Floresta (PE)*. 107 f. Recife, Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2004.
- Ferreira, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- Figueirôa, J. M.; Pareyn, F. G. C.; Drumond, M.; Araújo, E. L. Madeireiras. In: Sampaio, E. V. S. B.; Pareyn, F. G. C.; Figueirôa, J. M.; Santos, A. G. *Espécies da flora nordestina de importância econômica potencial*. Recife: Associação Plantas do Nordeste, 2005. p. 101-133.
- Gomes, L. J.; Maroti, P. S. Estudo socioambiental nos povoados Cajueiro e Caroba, visando estratégias para uso sustentável dos recursos naturais. In: Alves, J. P. H.; Garcia, C. A. B.; Aguiar-Netto, A. O.; Ferreira, R. A. (Eds.). *Diagnóstico e avaliação da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim*. Aracaju: EDUFS/FAPESE, 2006. p. 199-225.
- Gómez-Pompa, A. E.; Kaus, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: Diegues, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP, 2000. p. 125-148.
- Jodelet, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici, S. (Org.). *Psicología social*. Barcelona: Paidós, 2001. p. 469-494.
- Lima, J. S.; Oliveira, D. M.; Júnior, J. E. N.; Gomes, L. G. Saberes e uso da flora madeireira por especialistas populares do agreste de Sergipe. *Sitientibus*, 11(2), 239-253, 2011. Disponível em: <<http://http://pkp.uefs.br/ojs/index.php/sitientibusBiologia/article/download/73/45>>.
- Lucena, M. M. A.; Freire, E. M. X. Percepção ambiental sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pela Comunidade Rural do Entorno, semiárido brasileiro. *Educação Ambiental em Ação*, 35, 112-128, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=991&class=02>>.
- Lucena, R. F. P.; Soares, T. C.; Neto, C. F. A. V. Uso de recursos vegetais em uma comunidade rural do Curimataú paraibano. *Polibotânica*, 34, 217-238, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62123051011>>.
- Maia, G. N. *Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades*. São Paulo: D&Z Computação Gráfica e Editora, 2004.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Marotti, J. *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. *Revista de Odontologia da Universidade*

- Cidade de São Paulo, 2(20), 186-194, 2008. Disponível em: <[http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_odontologia/pdf/maio\\_agosto\\_2008/Unicid\\_20\(2\\_12\)\\_2008.pdf](http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/maio_agosto_2008/Unicid_20(2_12)_2008.pdf)>.
- Melo, R. R.; Catarina, T.; Rodolfo Junior, F. Alternativas para exploração sustentável dos recursos florestais no Assentamento Santana, Lagoa Nova, sertão do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 2(2), 363-366, 2007. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/7252/5307>>.
- Miranda, L. A.; Carmo, M. S. Recursos florestais no Assentamento 12 de Outubro, Mogi-Mirim, SP. *Revista Árvore*, 33(6), 1085-1093, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v33n6/a11v33n6.pdf>>.
- Nascimento, V. T. *Estratégias rurais de uso e manejo de plantas para a construção de cercas em uma área de Caatinga no município de Caruaru, Pernambuco*. 101 f. Recife, Dissertação (Mestrado em Botânica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.
- Paupitz, J. Elementos da estrutura fundiária e uso da terra no semiárido brasileiro. In: Gariglio, M. A. (Org.). *Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga*. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010.
- Pinheiro, R. C. S.; Lima, R. S.; Santos, A. S. Participação social na reforma agrária: pesquisa participativa agroecológica no Assentamento Santa Rita, Canindé de São Francisco, SE. In: *Anais do 2º Seminário de Iniciação Científica e Pós-Graduação da Embrapa Tabuleiros Costeiros*. Aracaju, SE, 2012. Brasília: Embrapa, 2012. p. 136-140.
- Ramos, M. A.; Medeiros, P. M.; Almeida, A. L. S.; Feliciano, A. L. P.; Albuquerque, U. P. Use and knowledge of fuelwood in an area of Caatinga vegetation in NE Brazil. *Biomass & Bioenergy*, 32, 510-517, 2008. DOI: 10.1016/j.biombioe.2007.11.015
- Richardson, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- Sant'Anna, M. A. C. M.; Ludwig, M. P.; Loreto, M. D. S. Percepção Ambiental pelos pequenos proprietários rurais da microbacia hidrográfica do córrego do Grama, município de Coimbra/MG. *Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 23(1), 65-100, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/70>>.
- Silva, J. P. F.; Soares, D. G.; Pareyn, F. G. C. Manejo florestal da Caatinga: uma alternativa de desenvolvimento sustentável em projetos de assentamentos rurais do semiárido em Pernambuco. In: Brasil. Ministério do Meio Ambiente. *Estatística Florestal da Caatinga*. Natal, 2008.
- Verdejo, M. E. *Guia Prático de DRP*. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.
- Wanderley, M. N. B.. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.